

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.127 - SP (2019/0355212-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : JEFFERSON JUNIOR RUIZ DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : JARBAS MACARINI - SP169868
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JEFFERSON JUNIOR RUIZ DE SOUZA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2165639-75.2019.8.26.0000.

Nesta via, alega o recorrente a inexistência de fundamentação suficiente para a regressão do paciente ao regime fechado em virtude do reconhecimento da prática de falta grave consistente em violação dos limites e condições impostas no monitoramento por uso de tornozeleira eletrônica.

Assevera que a inobservância pelo reeducando do perímetro ou horário estabelecido do monitoramento configura mero descumprimento de condição, não podendo, contudo, caracterizar a prática de falta disciplinar de natureza grave, por ausência de previsão legal, visto que a conduta não está descrita no rol taxativo do art. 50 da LEP.

Requer, liminarmente, a manutenção do recorrente no regime semiaberto, e, no mérito pugna pelo provimento da insurgência para invalidar a decisão que reconheceu a falta grave e determinou a abertura da sindicância, a fim de que possa retornar ao modo de execução intermediário.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

E, na hipótese dos autos, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do recurso, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que

Superior Tribunal de Justiça

a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao respectivo Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator